MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2012
Prova A4

Parte I – Prova Objetiva

1. **A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros, à exceção de:**
a) igualdade entre os Estados.
b) defesa da paz.
c) dignidade da pessoa humana.
d) concessão de asilo político.

2. **A regra da responsabilidade objetiva do Estado exige, dentre outros requisitos, que**
a) o causador do dano deverá ser unicamente pessoa jurídica de direito público, porque prestadora de serviços públicos próprios.
b)esteja ou não presente um dano causado a terceiros pelo serviço público, por força do risco integral.
c) basta, ao causar o dano, a qualidade do funcionário público ao causador do dano.
d) se trate de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos.

3. **Sobre a responsabilização do Presidente da República, a Constituição Federal estabelece:**
I - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a existência da União e o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
II - O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
III - Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante essa mesma casa legislativa, nos crimes de responsabilidade.
Está correto o que se afirma nos itens:
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I, II e III.

4. **Acerca do dispositivo abaixo, assinale a alternativa correta:**
Art. 5º, LXVII: não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
a) Encontra-se plenamente eficaz.
b) Possui eficácia parcial haja vista a súmula vinculante nº 25 do STF que prevê a inaplicabilidade da expressão "depositário infiel", considerando-se a tese da supralegalidade, adotada pelo STF.
c) Possui eficácia parcial haja vista a súmula vinculante nº 25 do STF que prevê a inaplicabilidade da expressão "do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia", considerando-se a tese da supralegalidade, adotada pelo STF.
d) Encontra-se completamente ineficaz tendo em vista as previsões do Pacto de São José da Costa Rica que prevê em seu art. 7º, item 7: Ninguém deve ser detido por dívida.

5. **"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CR/88, artigo 5º, XXXV). Trata-se do princípio:**
a) da isonomia
b) do juiz natural
c) da tutela jurisdicional (jurisdição una)
d) da supremacia do Poder Judiciário

6. **Quanto ao remédio constitucional habeas corpus:**
I - Pode ter tanto caráter repressivo quanto preventivo.
II – Está afeto ao direito de livre locomoção.
III – Somente se concederá habeas corpus para salvaguardar a prática de ilegalidades ou abuso de poder perpetradas por autoridades policiais.
IV – É gratuito.
Assinale a alternativa correta:
a) Todas as afirmações estão corretas.
b) III e IV estão corretas.
c) I, II e IV estão corretas.
d) I, II e III estão corretas.

7. **Quando o autor da ação pede ao Supremo Tribunal Federal que examine a lei ou ato normativo federal ou estadual em tese, para a declaração de sua inconstitucionalidade, tem-se o que se denomina:**
a) ação direta de constitucionalidade
b) ação direta de inconstitucionalidade.
c) declaração incidental de inconstitucionalidade.
d) declaração indireta de constitucionalidade.

8. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) segundo o princípio da legalidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não houver previsão em lei.
b) é livre o exercício de qualquer profissão, tra-

balho ou ofício, desde que preenchidos os requisitos legais.
c) pode-se entrar, a qualquer momento, em um domicílio, sem a concordância do morador, quando houver determinação judicial.
d) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.

9. **Conceder-se-á mandado de segurança, nos termos da CR/88, para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus habeas data, quando o responsável for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público cometer:**
a) desvio de poder e ilegalidade;
b) ilicitude e desvio de poder;
c) ilegalidade e ilicitude;
d) ilegalidade e abuso de poder

10. **O mandado de injunção é conferido aos indivíduos para que eles**
a) se defendam de atos ilegais ou praticados com abuso do poder, cabendo contra atos discricionários e vinculados.
b) possam suprir uma omissão do Poder Público, no intuito de viabilizar o exercício de um direito ou prerrogativa prevista na Constituição Federal.
c) tenham aceso às informações que o poder público ou entidades de caráter público possuam a seu respeito.
d) tenham condições de dar notícia de fatos ilegais ou abusivos ao Poder Público, para que este providencie as medidas adequadas.

11. **Considera-se:**
I. culpa inconsciente aquela sem previsão, em que o agente não prevê o que era previsível.
II. culpa mediata aquela em que o agente produz diretamente um resultado.
III. culpa própria aquela em que o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permita praticar, licitamente, fato típico.
IV. culpa consciente aquela em que o agente aceita o resultado que possa advir da prática ilegal.
Escolha a alternativa correta:
a) As assertivas III e IV estão corretas;
b) Todas as assertivas estão incorretas;
c) Apenas a assertiva I está correta;
d) Apenas a assertiva II está incorreta.

12. **Quando um delito tiver início no Brasil e terminar no exterior considera-se como lugar do crime:**
a) o local onde foram praticados os atos executórios.
b) o lugar onde ocorreu a consumação do crime.
c) tanto o lugar onde houve a conduta, quanto o local onde se deu o resultado.
d) excepcionalmente, o lugar onde ocorreram os atos preparatórios.

13. **Diz-se o crime:**
I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
II – tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente; pode ser culposo.
III – ineficaz, ou sem potencial dolosamente ofensivo, quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
IV – impossível, quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, o crime não se consuma.
Marque a correta:
a) Todas as assertivas estão corretas;
b) As assertivas II e III estão incorretas;
c) Apenas a assertiva I está correta;
d) Apenas a assertiva IV está correta.

14. **De acordo com o princípio da legalidade, assinale a alternativa correta:**
a) Lei dos Estados pode criar tipos penais relacionados à condutas de seus servidores;
b) Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questão específica de Direito Penal;
c) Lei Delegada pode versar sobre Direito Penal;
d) Resolução do Tribunal Superior Eleitoral pode prever norma penal eleitoral, independentemente de previsão legal, haja vista o poder regulamentar dessa Corte.

15. **Considerando o artigo 109, IX, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
a) se ocorre um crime de furto em avião da Air France, que faz a rota São Paulo – Paris, enquanto a aeronave sobrevoa o oceano Atlântico, em espaço aéreo internacional, aplica-se a lei francesa;
b) se ocorre um crime de furto em avião da TAM, que faz a rota São Paulo – Paris, enquanto a aeronave sobrevoa o oceano Atlântico, em espaço aéreo internacional, mas estando a aeronave mais próxima do território francês do que do brasileiro, aplica-se a lei francesa;
c) se ocorre um crime de furto em avião da empresa francesa Air France, enquanto a aeronave está pousada no aeroporto de Guarulhos/SP, aplica-se a lei francesa;
d) se ocorre um crime de furto em avião da TAM, que faz a rota São Paulo – Paris, enquanto a aeronave sobrevoa o oceano Atlântico, em espaço aéreo internacional, aplica-se a lei brasileira.

16. **Considere as assertivas:**
I. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situa-

ção de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
II. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
III. Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.
IV. Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
Escolha a alternativa correta:
a) Todas estão corretas;
b) Todas estão erradas;
c) I e III estão corretas;
d) II e IV estão corretas.

17. **A Lei 12012/2009 incluiu no Código Penal, o artigo 349-A, que diz:**
Art. 349-A. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional. (Incluído pela Lei nº 12.012, de 06.08.2009).
Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. (Incluído pela Lei nº 12.012, 06.08.2009).
Assinale a alternativa correta:
a) Em12/06/2008 Dalila ingressa em estabelecimento prisional com celular oculto em suas vestes para seu companheiro Sansão, que ali se encontra recolhido cumprindo pena. Iniciando-se a ação penal em 5/01/2010, Dalila deverá ser processada pelo crime do artigo 349-A, porque já então em vigor a norma penal punindo a conduta.
b) Se Dalila pratica a conduta de ingressar com telefone celular em estabelecimento prisional em 05/01/2010 e, no curso da Ação penal, entra em vigor lei penal que prevê sanção mais grave para a mesma conduta, ocorre abolitio criminis.
c) Se Dalila ingressou com telefone celular em estabelecimento prisional em 05/01/2010, o seu companheiro, o condenado Sansão, destinatário do aparelho, que o havia encomendado, responde pelo crime, mas não ela, porque agiu sem dolo ou culpa, unicamente motivada pela pressão do companheiro;
d) Se em 12/06/2008 Dalila ingressa em estabelecimento prisional com celular oculto em suas vestes para seu companheiro Sansão, que ali se encontra recolhido cumprindo pena, no momento do fato há um indiferente penal e o fato é atípico porque a lei não retroage.

18. **A norma penal em branco:**
I. é aquela em que a descrição da conduta mostra-se incompleta ou lacunosa, necessitando de outro dispositivo normativo para a sua integração ou complementação.
II. pode ser complementada por previsão contida em um ato administrativo;
III. é aquela que prevê apenas a hipótese fática (preceito incriminador), sendo que a consequência jurídica localiza-se em outro dispositivo da própria lei ou em diferente texto legal.
IV. é aquela em que Juiz, valendo-se de juízo de equidade, preenche a lei penal, punindo condutas que não se acham nela claramente previstas
Marque a correta:
a) Todas as assertivas estão incorretas;
b) As assertivas II, III e IV estão incorretas;
c) As assertivas I e II estão corretas;
d) Apenas a assertiva IV está incorreta.

19. **Assinale a alternativa errada:**
a) são princípios que solucionam o conflito aparente de normas: especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade.
b) a lei especial prevalece sobre a geral.
c) norma especial é a norma que possui todos os elementos da norma geral e mais alguns, denominados especializantes, que trazem um minus ou um plus de severidade.
d) o princípio da consunção soluciona o conflito aparente de normas quando um fato menos amplo e menos grave absorve outros mais amplos e graves.

20. **Sobre o instituto do concurso de pessoas no Direito Penal, assinale a correta:**
a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas. No entanto, o julgador poderá isentar de pena um dos concorrentes se entender que sua participação foi de menor importância.
b) De acordo com o código penal pátrio, o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio serão sempre impuníveis se o crime não chegar, pelo menos, a ser tentado.
c) Não se comunicam entre os concorrentes as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que tais circunstâncias e condições sejam reconhecidas como elementares do crime.
d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

21. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) Uma Lei Ordinária Federal não pode revogar as disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro por ser esta hierarquicamente superior.
b) Há repristinação no Direito Brasileiro, se a lei mais nova a prever expressamente.
c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue porque a simples passagem do tempo ou o desuso nunca podem, por si, revogar uma lei.

22. **Não cessará, para os menores, a incapacidade:**

a) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

b) pelo cometimento de ato previsto na lei penal como crime.

c) pelo casamento.

d) pelo exercício de emprego público efetivo.

23. **Com relação relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:**

a) As empresas individuais de responsabilidade limitada e as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado, mas as autarquias e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.

b) Os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.

c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

d) Para que se possa alterar o estatuto de uma fundação é mister que a reforma seja aprovada órgão do Ministério Público, mas, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

24. **Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição:**

a) que se dará em vinte anos (prescrição vintenária) quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

b) que pode ser interrompida por qualquer interessado.

c) que não corre contra os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

d) que não corre contra qualquer pessoa que se encontre fora do território nacional.

25. **Quanto à capacidade:**

I. Aquelas pessoas que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

II. A capacidade dos índios não é regulada especificamente pelo Código Civil, mas por legislação especial.

III. Os viciados em tóxico e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são relativamente incapazes.

IV. Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior.

Marque a alternativa correta:

a) As assertivas II e III são falsas.

b) Todas as assertivas são verdadeiras.

c) Apenas a assertiva III é falsa.

d) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

26. **Quanto à contestação, assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

b) A prescrição e a decadência, por não serem questões de mérito, devem ser alegadas em preliminar da contestação.

c) Depois da contestação, é lícito deduzir novas alegações quando relativas a direito superveniente.

d) Cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, mas esta regra, quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

27. **Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:**

a) A denunciação da lide consiste na ação de terceiro para excluir tanto o autor como o réu.

b) A denunciação da lide é obrigatória aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

c) A nomeação à autoria é mera faculdade do detentor da coisa litigiosa.

d) a oposição consiste na indicação daquele que é o proprietário ou o possuidor da coisa litigiosa, visando a transferir-lhe a posição de réu.

28. **Assinale a alternativa correta:**

a) O Código de Processo Civil coloca o requerimento de citação do réu como um dos requisitos da petição inicial.

b) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

c) Quando a matéria controvertida for de direito ou de fato e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

d) O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

29. **Sobre o tema "COMPETÊNCIA":**

I. O conflito de competência só pode ser suscitado pelo juiz.

II. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência.

III. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência.
IV. Há conflito de competência quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
Assinale a alternativa correta:
a) As assertivas I e III são falsas.
b) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
c) Apenas a assertiva I é falsa.
d) As assertivas I, II e III são verdadeiras.

30. **Extingue-se o processo sem resolução do mérito, dentre outras situações, quando:**
a) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
b) o réu reconhecer a procedência do pedido.
c) for declarada a prescrição.
d) o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.

31. **Assinale a alternativa correta:**
O Procurador-Geral da República é
a) nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução;
b) nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos;
c) nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para mandato de dois anos;
d) indicado pelo Supremo Tribunal Federal e nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos.

32. **Sobre os membros do Ministério Público Federal:**
I. Têm por chefe o Procurador Geral da República, que pode, por indicação do Presidente da República, ser reconduzido ao cargo sucessivamente, para mandatos de dois anos, sem qualquer limite de vezes;
II. O Procurador da República tem atribuição para funcionar em todo o território nacional, ao passo que o Procurador Regional da República atua apenas na região para a qual foi designado;
III. após aprovação em concurso público, são sabatinados apenas pelo Senado Federal, e não pela Câmara dos Deputados;
IV. gozam de independência funcional e inamovibilidade.
Assinale a alternativa correta:
a) as afirmações dos itens II e IV estão corretas;
b) as afirmações dos itens I e III estão corretas;
c) as afirmações dos itens III e IV estão corretas;
d) as afirmações dos itens I e IV estão corretas;

33. **Não são princípios institucionais do Ministério Público:**
a) a unidade e a integração entre os Ministérios Públicos.
b) a indivisibilidade e a independência funcional.
c) a unidade e a indivisibilidade;
d) a independência funcional e a unidade.

34. **São medidas preparatórias que podem ser adotadas pelo Ministério Público para propor ação civil pública:**
I notificação, para oitiva, de testemunhas;
II. instauração de inquérito civil público;
III. instauração de procedimento investigatório criminal;
IV. requisição de informações e documentos.
Assinale a alternativa correta:
a) as afirmações dos itens I e III estão erradas;
b) as afirmações dos itens I, II e III estão corretas;
c) a afirmação do item III está errada;
d) as afirmações dos itens I e IV estão erradas.

35. **Não cabe ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República de 1988, a defesa:**
a) do patrimônio e da moralidade administrativa;
b) das pessoas jurídicas de Direito Público em juízo,
c) dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
d) da ordem jurídica e do regime democrático.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

PROVA A4

	A	B	C	D	E	
01			■			C
02				■		D
03	■					A
04		■				B
05			■			C
06			■			C
07		■				B
08			■			C
09				■		D
10		■				B
11			■			C
12			■			C
13		■				B
14		■				B
15				■		D
16	■					A
17				■		D
18			■			C

	A	B	C	D	E	
19				■		D
20				■		D
21	■					A
22		■				B
23	■					A
24		■				B
25			■			C
26		■				B
27		■				B
28			■			C
29			■			C
30				■		D
31		■				B
32				■		D
33	■					A
34			■			C
35		■				B